

A anistia é ineficaz e iníqua

Antônio de Pádua Rocha Diniz

O Plano Cruzado foi uma aventura terminada numa terrível tragédia coletiva, a ser sentida pelos brasileiros por muitos anos à frente. Os consumidores e produtores frustraram-se com a escassez do congelamento de preços. Os poupadores tiveram parte das suas poupanças confiscadas pela eliminação da correção monetária. Os exportadores perderam mercados duramente conquistados, sendo às vezes proibidos de exportar. As indústrias competidoras com as importações foram prejudicadas por "importações de emergência", que custaram aos brasileiros alguns bilhões de dólares de suas reservas cambiais. Os bancos perderam subitamente rentabilidade e tiveram que ajustar-se. Investidores liquidaram parte de seus investimentos realizados no calor de 1986. Os rentistas perderam grande parte do valor real de seus aluguéis congelados. Os trabalhadores têm hoje o poder aquisitivo de seus salários inferiores ao nível de 1985, não conseguindo incorporar nem o aumento da produtividade média da economia entre 1986 e 1988 (algo como 6%). E assim por diante.

A nível global, a tragédia coletiva se traduz num crescimento econômico pobre (8% em 86, 2,9% em 87 e zero em 88), muito abaixo de nosso potencial de longo prazo (7% ao ano). Continuamos a pagar a conta coletivamente. Este é mais um exemplo dos efeitos da interferência maciça do governo no sistema econômico e, particularmente, da violação da estrutura de contratos da sociedade.

Tem sido o Plano Cruzado uma tragédia coletiva e não individual ou setorial, sua superação só é possível com o tempo e com uma política geral de recuperação econômica e austeridade governamental, que aliás vem sendo desenvolvida nos últimos meses. Tentativas isoladas de compensar perdas individuais ou setoriais são ineficientes e iníquas. São ineficazes porque retardam e agravam as dificuldades econômicas atuais, tornando mais difícil e mais lenta a recuperação. São iníquas porque premiam um ou outro perdedor, impondo perdas adicionais sobre os demais perdedores.

Essas são algumas das razões por que a anistia aos endividados do Plano Cruzado é absurda, iníqua e nociva

aos interesses nacionais, mostrando mais uma vez que a Assembléia Constituinte não tem em mente um projeto nacional de longo prazo, mas tão-somente expedientes legais atrelados a interesses específicos e imediatos, de natureza política ou econômica, de grupos de pressão operando no Congresso Nacional. A contaminação da Constituinte, desde o início, pelo oportunismo político-eleitoral tem impedido que ela desempenhe a tarefa que a sociedade brasileira lhe confiou: fornecer as bases de um projeto nacional de longo prazo. Ao invés disso, ela gasta o seu precioso tempo (já mais de um ano) a transacionar interesses específicos de curto prazo.

Mas a anistia é também imoral. Ela viola contratos livremente estabelecidos entre indivíduos legalmente capazes, premia o devedor relapso, o pródigo e o irresponsável, e gera a expectativa de que, daqui para a frente, o nome do jogo é endividar-se e não pagar. Como é possível que uma sociedade, que tem ambições de desenvolvimento e de progresso material e moral de seus cidadãos, se assente sobre o princípio do "calote" e do privilégio? O que está em jogo é muito mais do que quem vai ganhar, quanto vai custar e quem vai pagar. Essas questões práticas desaparecem em face do dano moral permanente a ser produzido pela anistia.

Vale lembrar ainda que o Plano Cruzado como tal terminou há praticamente dois anos e que, nesse período, todo um processo de negociação de dívidas foi realizado, inclusive com o apoio do governo. Desprezar-se esse processo descentralizado e espontâneo de solução do problema e, dois anos após o evento, impingir uma anistia é algo que só se explica pela fraqueza moral e pela ignorância que, infelizmente, ainda predominam em nossas classes políticas.

Nossa esperança, como cidadãos brasileiros, é que a nação ainda possua reservas morais para, tomando-se de indignação, impedir que a anistia e outros disparates sejam incorporados ao texto da Constituição que há de reger a nossa vida em sociedade por muitos anos à frente.

Antônio de Pádua Rocha Diniz é presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, da Federação Nacional dos Bancos e vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional S/A